

APROPUC E REITORIA RETOMAM NEGOCIAÇÃO SOBRE ACORDO INTERNO

Em reunião realizada na sexta-feira, 28/5, a diretoria da APROPUC colocou ao reitor Dirceu de Mello a necessidade de retomar os encaminhamentos sobre a assinatura de um novo Acordo Interno de Trabalho docente.

No mês de fevereiro a APROPUC recebeu uma comunicação da Reitoria e da Fundação São Paulo informando que terminada a vigência do atual acordo, no dia 28 daquele mês, os professores estariam cobertos exclusivamente pela Convenção do Sinpro-SP, até que um novo texto fosse referendado por todas as partes.

Costumeiramente após o vencimento do Acordo dos professores, ele era proroga-

do até que um novo texto fosse celebrado.

Durante a negociação dos atrasados de 2005, por decisão de assembleia, não ocorreu a discussão do acordo interno.

Na última sexta-feira, a professora Beatriz Abramides, presidente da APROPUC, lembrou que os professores já manifestaram a vontade de que o atual texto, sem alterações, constituísse o novo Acordo Interno da



VALERIOPAINA

A diretoria da APROPUC reúne-se com o reitor Dirceu de Mello

categoria, já que ele representa um avanço em relação a Convenção Coletiva.

BENEFÍCIOS ADIANTADOS

O reitor lembrou que, no último Consad, foi aprovada uma antecipação de alguns benefícios como auxílio-escola e auxílio-doença, para que os professores não fiquem descobertos desses benefícios que constam do acordo da PUC-SP.

No caso do auxílio-escola o texto que deixou de vigorar em 28/2, garante uma complementação de R\$ 353,50 para os filhos de

professores até sete anos. Já quanto ao auxílio doença a PUC-SP paga de maneira diferenciada da Convenção do Sinpro-SP, que segue a CLT.

O professor Dirceu de Mello adiantou que dará apoio à reivindicação dos professores para que o Acordo seja renovado nos moldes atuais. Porém lembrou que a decisão não depende só de sua vontade, necessitando-se que a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP participe das negociações.

Assim ficou agendada uma reunião para a próxima semana, em data a ser confirmada para que as negociações tenham prosseguimento.

Calendário Eleitoral da APROPUC

31/5 e 1/6

**Inscrições de chapas na sede
da APROPUC, das 12 às 20h**

**VEJA O EDITAL COMPLETO COM
MAIORES DETALHES NA PÁGINA 4**

EDITORIAL

Um mundo sem armas nucleares

Que progresso seria, não? É o que promete a doutrina de segurança dos Estados Unidos, traçada por Barack Obama. Segundo essa orientação, a segurança dos norte-americanos é a segurança do mundo. Se sua doutrina econômica e militar for seguida por todos, haverá um mundo equilibrado, harmonioso e pacífico. Mas como o capitalismo mundial é uma fonte permanente de crises e conflitos, é preciso que a diretriz de paz da Casa Branca seja garantida por ações econômicas e intervenções militares.

Nesse exato momento, a promessa de Obama de um "mundo sem armas nucleares" depende do Irã. Certamente, a volta do choque entre as Coreias recolocará o perigo nuclear que representa Pyongyang. O desarmamento da Coreia do Norte é um velho problema dos Estados Unidos. O Irã é o mais novo quebra-cabeça da política estratégica do Pentágono. O seu programa nuclear deve ser limitado e colocado sob a guarda da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que por sua vez é comandada pelo clube atômico de meia dúzia de países, em especial pelos Estados Unidos.

O governo de George W. Bush esperava ocupar o Iraque e em seguida o Irã, sob o mesmo argumento de perigo à segurança da América do Norte e da paz mundial. A linha dos republicanos era de primeiro invadir e depois negociar; a dos democratas é primeiro negociar e depois invadir. Como Obama promete um mundo livre de armas nucleares, o Irã é o grande obstáculo do momento.

Como concretizar a "nova" doutrina obaniana? Armou-se um teatro, figurando um acordo com a Rússia de redução de armas nucleares, uma cúpula sobre segurança atômica em Washington e a Conferência para revisão do Tratado de Não Proliferação (TNP). Em meio a tudo isso, comparece a personagem perigosa, maligna, mentirosa, tñhosa ... do Irã. A autocracia dos aiatolás não aceitou a mão estendida de Obama, que lhe entregou um pacote de soluções para o conflito. O governo iraniano entregaria metade de

seu urânio para a Rússia e França, que o enriqueceria a 20% e depois de 1 ano lhe seria devolvido. Os persas assim abririam mão de seu programa científico, tecnológico, industrial e militar independente. Colocá-lo-ia sob a tutela dos Estados Unidos. E Obama continuaria com a marcha do desarmamento mundial. Estando preservado o monopólio do processo integral de enriquecimento do urânio, de sua industrialização, comercialização e de seu uso bélico, as potências teriam garantias de que reinaria a paz.

Mas Mahmoud Ahmadinejad não aceitou os termos da diplomacia pacífica de Obama. Não seria uma imposição imperialista? O Irã não ficaria na dependência da Rússia e da França, que por sua vez dependem dos Estados Unidos?

Os governos brasileiro e turco acabaram por obter o mesmo acordo rejeitado, com a diferença de que a Turquia sediaria o depósito do urânio. Imediatamente, os Estados Unidos entraram no Conselho de Segurança da ONU com o plano de sanções. Imaginem se dois países semicolonias podem se intrometer nas altas questões tratadas pelas potências! Ou o Irã se rende, ou será cercado econômico e militarmente.

Não obstante, nem Lula, nem Erdogan defendem a soberania e a autodeterminação do Irã. Apenas pleiteiam a aplicação do TNP, que dá o direito a qualquer um dos signatários de enriquecer o urânio para fins pacíficos. Mesmo o Brasil que assumiu o imperativo norte-americano de não produzir armamento nuclear está sob intensa pressão para não avançar sua capacidade de enriquecimento. Como se vê, a bandeira do desarmamento e de um mundo sem armas atômicas é uma máscara para a conservação do monopólio da energia nuclear em poder dos Estados Unidos e do grupo seletivo que detém a bomba atômica. Há que se rechaçar o intervencionismo e defender a soberania das nações. Que as potências sejam desarmadas, eis o primeiro passo para paz entre os povos.

Diretoria da APROPUC



VALÉRIOPANVA

Professores e estudantes debatem transformações do Serviço Social

Debate lembra transformação do Serviço Social no Brasil

No dia 28/5, no auditório Ricardo Sayeg, aconteceu o debate Serviço Social no Contexto da Ditadura. Organizado pelo Centro Acadêmico de Serviço Social, a palestra foi ministrada por Carmelita Yazbek (Pós em Serviço Social) e Bia Abramides (Serviço Social e presidente da APROPUC). Na ocasião, o público pode conhecer a transformação do Serviço Social no decorrer do tempo, sua aproximação com a realidade brasileira e sua perspectiva emancipatória.

Bia Abramides abriu as falas comentando o movimento estudantil e sindical de Serviço Social na época da ditadura. "O legado estudantil e sindical tem centralidade na luta de classes. Não podemos disvincular da realidade do país", comentou Abramides.

A presidente da APROPUC também comentou que as pautas do movimento estudantil não mudaram muito. "Lutávamos por ensino público, redução das mensalidades e contra os interesses do FMI. A lógica mercantil, que já se manifestava naquele período, foi se refor-

mulando e também está presente hoje, em 2010", refletiu.

Depois, Abramides comentou o surgimento do novo sindicalismo, a partir de 1978. Para a professora, o 3º Congresso de Serviço Social foi o marco da ruptura com o conservadorismo.

Segundo Carmelita Yazbek, o Serviço Social surgiu num período de expansão do capitalismo monopolista. Com a instauração das ditaduras na América Latina, que vieram para reprimir as reformas de base nas periferias do capitalismo, os profissionais da área passaram a se questionar. "Havia uma conjuntura de mobilização anti-imperialista e, aos poucos, o perfil conservador da profissão foi mudando. Um pensamento que se formava nos porões e se ampliou", comentou.

"A força de repressão da ditadura era muito forte, mas não conseguiu vencer o trabalho diário de milhares de profissionais, estudantes, professores e intelectuais. Assim, o Serviço Social pode se transformar", concluiu.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischtordt

Semana debate a relação entre Direitos Humanos e Jornalismo

O presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), Plínio de Arruda Sampaio, e a juíza Kenarik Felipe abriram o dia 24/5, a 30ª Semana de Jornalismo da PUC-SP, debatendo a luta por direitos humanos no Brasil.

A juíza Kenarik falou sobre o papel que o judiciário cumpre no Brasil, que é o de criminalizar as lutas e os movimentos sociais. Dentro desse contexto é necessário que tanto o advogado quanto o jornalista escolham um lado para defender. "Isso não significa distorcer os fatos, mas se colocar na perspectiva de defesa da classe menos favorecida", afirmou Kenarik.

Sampaio também abordou em sua fala o tema da imparcialidade, "se você vê uma criança grande batendo em outra menor e não faz nada, você está do lado do mais forte", brincou Sampaio. Outro tema abordado foi sobre como os direitos humanos para as classes mais pobres são constantemente desrespeitados.

COLETIVA COM PAULO VANNUCHI

Na segunda-feira, 24/5, ocorreu uma coletiva com o Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. O ministro comentou o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos 3, iniciativa de sua secretaria. Vannuchi iniciou o debate refletindo que a questão dos direitos humanos pretende ser um debate e não uma verdade absoluta.

Em determinado momento, a plateia questionou

o Ministro sobre o recuo de alguns pontos do Plano Nacional de Direitos Humanos. O ministro admitiu que houve recuo, pois o PNDH3 "colocou em xeque contradições já claras da sociedade brasileira, como os direitos da mulher, a questão da terra e dos meios de comunicação". Porém, Paulo Vannuchi acredita não ser refém do Governo Lula. "Não tenho dúvida que daqui alguns anos, todos os pontos vão ser aprovados", disse.

"O Brasil vai passar pelo mesmo debate, pela mesma resistência de setores conservadores que os EUA, o Canadá e a Europa enfrentaram para avançar no debate dos Direitos Humanos", comentou.

A violência de Estado foi o tema abordado na terça-feira, 25/5. Para isso foram convidadas Solange Moura e Débora Silva e outros integrantes do grupo Mães de Maio, que tiveram seus filhos assassinados pela polícia. Durante o mês de maio de 2006, em suposta resposta ao que se chamou de "ataques do PCC", foram assassinadas no mínimo 493 pessoas inocentes, número estimado entre mortos e desaparecidos. Sendo que a imensa maioria delas executados sumariamente pela polícia militar do Estado de São Paulo.

Débora e Solange apresentaram relatos comoventes sobre suas lutas e a dos demais pais, para que os crimes sejam apurados e a verdade seja restabelecida.

O grupo Mães de Maio participou da elaboração do



FOTOS LUANA LILA E FABIO NASSIF



Acima, militante do Tribunal Popular cobra do secretário Vannuchi providências para o caso dos índios reprimidos pela PM de Brasília. Ao lado a platéia de professores e estudantes do curso; abaixo Plínio de Arruda Sampaio, José Arbex Jr, Caio Zinet e Kenarik Felipe na abertura do evento.



PNDH-3 e fez suas propostas ao programa no tocante à violência. Segundo Débora, essas sugestões foram desprezadas no relatório final, sendo substituídas por propostas que estavam em consonância com o que era defendido pelo Estado. "O PNDH-3 não deveria ser do Lula, de seus ministros ou da Igreja, mas sim da população que se mobilizou para encaminhar as suas propostas na Conferência de Direitos Humanos", disse Débora.

Já no dia 26/4 foi apresentado o documentário ECOS, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos ex-alunos da PUC-SP Pedro Henrique França e Guilherme Manechin. O documentário fala sobre o assassinato ainda não esclarecido do ex-prefeito de Campinas, Toni-

nho do PT, morte em 2001.

A viúva de Toninho, Roseana Garcia, esteve presente e participou do debate que ocorreu em seguida, emocionando a plateia. Segundo ela, a morte de seu marido Toninho foi com propósito político e não por mero acaso. "Os responsáveis ainda não foram descobertos porque não houve intenção de esclarecer o crime. Caso houvesse uma investigação séria, sem rabo preso com ninguém, a casa cairia e muitas cabeças rolariam", afirmou contundente.

A viúva contou que durante os nove meses de gestação e mais de 20 anos como militante de movimentos populares, Toninho incomodou muito as empreiteiras de Campinas, motivando a sua morte.

Edital das eleições para a nova diretoria da APROPUC - Biênio 2010/2012

Conforme deliberação da assembleia da APROPUC, realizada em 22 de abril de 2010, no mês de junho serão realizadas as eleições para a renovação da diretoria da entidade. A Comissão Eleitoral, formada pelas professoras Leila Cristina de Mello Darin, Noely Weffort de Almeida, Sueli G. Pacheco Amaral, deliberou alguns procedimentos que deverão nortear o processo eleitoral. Abaixo divulgamos as normas que compõem o Regimento Eleitoral:

Regimento eleitoral 2010

1. DAS CHAPAS

- a) As eleições serão por chapa e não por candidatos individuais;
- b) As chapas serão votadas como um todo, não havendo possibilidade de se eleger apenas alguns dos elementos de uma chapa e outros de outra;
- c) Todos os integrantes das chapas deverão ser sócios da entidade há pelo menos 90 dias a contar da data do término do mandato (19/06/2010) e deverão estar quites com a tesouraria;
- d) A composição da chapa será: presidente, vice-presidente, 1º. secretário, 2º. Secretário, 1º. Tesoureiro, 2º. Tesoureiro e três suplentes. É facultativa a apresentação na chapa dos componentes das comissões de trabalho;
- e) O mandato será para o biênio 2010/2012.

2. DAS INSCRIÇÕES DAS CHAPAS

- a) As chapas deverão se inscrever na sede da entidade à Rua Bartira, 407, Perdizes, a partir do dia 31 de maio de 2010 a 1º de junho de 2010, no horário das 12:00 às 20:00 horas;
- b) O requerimento de inscrição deverá ser encaminhado à Comissão Eleitoral;
- c) Os nomes deverão ser apresentados nos cargos correspondentes;
- d) Deverá completar o material de inscrição a plataforma do grupo.
- e) Cada chapa deverá indicar, no momento da inscrição, o nome dos fiscais que permanecerão junto às urnas eleitorais;
- f) As chapas receberão um número, que seguirá a ordem de inscrição. Este número e os nomes dos integrantes em seus cargos identificarão a chapa na cédula de votação.

3. DA CAMPANHA

3.1. A APROPUC disponibilizará às chapas:

3.1.1. igual espaço no Jornal PUCviva (no máximo até 10.000 mil caracteres com espaço) para publicação do programa da chapa e composição das mesmas, assim como outras informações que o grupo julgue pertinentes. Esse material deverá ser entregue até o término da inscrição das chapas, 1º de junho de 2010 até às 20:00 horas;

3.1.2. igual espaço no site da entidade (no máximo até 10.000 mil caracteres com espaço) para divulgação do programa e composição, assim como informações que julguem pertinentes. Esse material deverá ser entregue até o término da inscrição das chapas, 1º de junho de 2010 até às 20:00 horas;

3.1.3. envio de duas (2) mensagens por internet aos professores associados da APROPUC com texto de responsabilidade da chapa com até 1000 caracteres (contados os espaços). Essas mensagens serão enviadas nos dias 07 e 11 de junho de 2010, devendo o primeiro material ser entregue na APROPUC até 07 de junho de 2010 até às 12:00 horas e o segundo até 10 de junho de 2010, até às 18:00h.

Todo o material das chapas para estas divulgações deverá ser encaminhado à Comissão Eleitoral em disquete ou CD em envelope lacrado;

3.2. No período que antecede à eleição, a Comissão Eleitoral deverá organizar debate com a(s) chapa(s). Para isto, cada chapa deverá indicar representante que organize com a comissão eleitoral as regras.

4. DAS ELEIÇÕES

- a) Somente os professores associados até 19 de março de 2010 e quites com a tesouraria da entidade terão direito ao voto;
- b) As eleições serão realizadas nos seguintes dias e horários abaixo discriminados:
 - 14/06 - 2ª feira das 8:00h às 21:00h
 - 15/06 - 3ª feira das 8:00h às 12:00h
 - 16/06 - 4ª feira das 8:00h às 21:00h
 - 17/06 - 5ª feira das 8:00h às 18:00h
 - 18/06 - 6ª feira das 8:00h às 12:00h
- c) A localização das urnas deverá ser divulgada até uma semana antes das eleições;
- d) A lista dos votantes e o local de votação serão divulgados na semana que antecede a votação;
- e) Os professores em disponibilidade ou licença que compõem a lista de votação, votarão na sede da APROPUC;
- f) As eleições serão diretas, através de voto secreto;
- g) O eleitor deverá utilizar a cédula fornecida pelo responsável pela mesa eleitoral, conforme modelo estabelecido pela Comissão Eleitoral, e que deverá, necessariamente, conter a assinatura de um membro da Comissão;
- h) O eleitor deverá apresentar, no momento da votação, a carteira de associado ou de identidade;
- i) Caso o nome do professor não conste da lista, ele poderá votar em separado, aguardando verificação de sua situação junto à entidade.

5. LOCAIS DE VOTAÇÃO

As eleições ocorrerão na sede da APROPUC, à Rua Bartira, 407, e em urnas nos campi Monte Alegre, Marquês de Paranaguá, Sorocaba e Derdic.

6. APURAÇÃO

- a) Ao final do período de votação de cada dia, as urnas serão lacradas e mantidas sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral ou pessoas por ela devidamente credenciadas;
- b) A apuração dos votos será feita na sede da APROPUC logo após o término da votação e recebimento de todas as urnas;
- c) A posse da nova diretoria será no dia 21 de junho de 2010.
- d) A mesa apuradora será formada por dois membros da Comissão Eleitoral e por um membro da atual diretoria da APROPUC. Os trabalhos poderão ser fiscalizados por representante das chapas, devidamente credenciado junto à comissão eleitoral.

São Paulo, 17 de maio de 2010
Comissão Eleitoral

Consad, Apropuc, Professores - diálogo ou ruptura?

Franklin Goldgrub

Como já foi dito tantas vezes, toda crise constitui simultaneamente uma oportunidade, por permitir vislumbrar mudanças e ao mesmo tempo gerar a coragem de enfrentá-las.

É possível ver na atual crise entre Consad, Apropuc e os professores uma excelente ocasião para pensar soluções em que o pagamento da dívida que onera a instituição, de um lado, e a manutenção do alto nível de ensino, pesquisa e extensão, de outro, possam ser considerados, apesar das aparências, mais complementares do que opostos.

Efetivamente, a dívida corrói a possibilidade de investir em manutenção, novos equipamentos, eventos, iniciativas, parcerias etc.

Para conciliar o pagamento da dívida e o alto nível de desempenho seria necessário que as relações entre a Fundação São Paulo, a Apropuc e os professores se pautassem mais pela cooperação do que pelo confronto, mais pela solidariedade do que pela desconfiança.

Para alcançar esse objetivo, porém, é necessário admitir que a crise atual tem raízes profundas, devidas em última análise a concepções diferentes ou mesmo contrárias professadas pelos principais atores do cenário puquiano. Da sua compreensão depende diminuir o peso do desa-

cordo e alcançar o grau de conciliação necessário à respectiva superação.

Os professores se vêm responsabilizados pelo débito acumulado durante as últimas décadas, atribuído ao nível salarial e às condições de trabalho, inegavelmente superiores à grande maioria das instituições do ensino superior. O contra-argumento assinala que nesse período podem ser detectadas graves falhas administrativas, que os gestores eleitos pela comunidade não teriam como sanar visto situar-se fora do seu âmbito de atuação. Além disso, cabe lembrar que a excelente avaliação da qual a PUC pode orgulhar-se não é alheia a que, em sua grande maioria, o corpo docente cumpriu - ou mesmo foi além - do previsto pelos contratos.

A Fundação, por sua vez, não poderia permitir que o déficit aumentasse nem que as reivindicações referentes a bolsas e à diminuição de mensalidades, bem como a ocupação do espaço físico do campus para manifestações e comemorações, por parte de alguns setores do alunato, continuassem a ocorrer de forma a prejudicar a instituição, tanto fisicamente como em relação à sua imagem.

Por outro lado, a maioria dos professores foi-se afastando da Apropuc em função de discordâncias em relação à orientação e ao posicionamento das sucessivas diretorias da entidade - ainda que nesse sentido a melhor atitude fosse

não o afastamento e sim uma maior participação.

Embora já distante no tempo, mas quem sabe ainda pesando em relação à desconfiança mútua, caberia lembrar a campanha para a estatização, de um lado, e o atraso de salários, de outro.

Desconsiderar a seriedade dessas divergências seria pecar por ingenuidade. Entretanto, igualmente se enganaria quem esquecesse que a posição alcançada pela PUC em termos da sua contribuição à sociedade se deve simultaneamente ao grau considerável de autonomia, respaldado durante décadas pela Fundação São Paulo - notável exceção em relação a outras fundações - e ao grau igualmente considerável de dedicação dos professores.

Sem incorrer na pieguice de negar a importância do vínculo empregatício, é patente que para parte substancial do corpo docente a PUC representa muito mais do que o salário e os benefícios do acordo interno.

Em outras palavras, a atual troca de acusações (pois excedem o âmbito da crítica), segundo as quais são atribuídas reciprocamente intenções de mercantilizar a universidade ou de inviabilizá-la economicamente, aprofunda a crise e dificulta a sua solução. A situação lembra o duelo que costuma constituir o ápice de alguns faroestes clássicos, uma espécie de acerto de contas - em que o reajuste de 2005 parece constituir mais um pretext-

to do que um motivo real.

Algo que, decididamente, não vale a pena para ninguém. Nem a Fundação, nem a Apropuc, nem os professores, e menos ainda os alunos, os funcionários e a sociedade se beneficiam de um conflito desse porte.

As divergências quanto ao pagamento do índice de 2005 podem ser superadas até com facilidade. Basta lembrar que a primeira proposta da Reitoria é extremamente semelhante a um dos últimos encaminhamentos da Apropuc, ou seja, pagamento escalonado em oito anos, tanto da quantia devida quanto da porcentagem, com supressão imediata dos juros, o que acarretaria uma economia superior a 60 milhões de reais para a instituição. Em acréscimo, tornar-se-ia desnecessário recorrer a empréstimos bancários.

Seja essa ou outra a solução alcançada, tudo dependerá de que se altere o clima de desconfiança reinante. É importante que os professores voltem às assembleias da Apropuc, não com o intuito de confrontar o Consad, mas para propor soluções mutuamente aceitáveis e participar de decisões que devem ser coletivas, não só em relação à categoria mas à universidade como um todo.

É igualmente importante que o Consad entenda que o corpo docente não reivindica privilégios

FALA COMUNIDADE

indevidos, mas considera que, para além de mudanças talvez imprescindíveis, negociadas de maneira transparente e respeitosa, o essencial dos contratos de trabalho deve ser mantido visto o seu papel na excelência alcançada pela instituição.

Seria um erro dilapidar um dos principais patrimônios da PUC, o capital humano.

Tão importante quanto o anterior é que a Apropuc se disponha a deixar posições principistas. Independentemente do que se possa pensar a respeito, a favor ou contra, essa tem sido a principal razão do afastamento dos professores. Se for feita uma consulta, provavelmente a maioria do corpo docente reconhecerá que ao longo de décadas as relações entre a Fundação e a Universidade se pautaram por uma lógica bem diferente daquela que costuma reger as relações entre capital e trabalho.

Seria lamentável que isso se alterasse em função de uma dívida que, embora alta, pode ser paga sem sacrificar o que a PUC representa.

O perigo de que a dívida destrua a marca distintiva de uma instituição única no panorama educacional brasileiro é bem real.

O desgaste e os impasses que têm marcado os atuais contatos entre o Consad e a Apropuc podem ser superados se forem nomeadas, por ambas as partes, comissões integradas por pessoas com experiência de mediação e plenamente cientes das consequências nefastas de uma cisão.

Franklin Goldgrub é professor do Curso de Psicologia - FaCHS

Serviço Social apoia lutas por moradia e reforma agrária

O plenário presente ao debate da Semana de Serviço Social sobre o direito a terra e à moradia aprovou apoio a diversas lutas que vem acontecendo por todo o Brasil. Foram apoiadas as lutas por moradia, como as ocupações organizadas pelo MTST em Santo André e Taboão da Serra, a ocupação de terra em Belo Horizonte, a luta dos moradores do Pantanal, despejados violentamente pela Polícia Militar de um terreno na Vila Curuçá (conforme noticiamos na edição 741), e a ocupação de um terreno em Belo Horizonte.

Também foi apoiada a luta por reforma agrária e pela abertura dos arquivos



Da direita para a esquerda DulceXavier, Sonia Santos, a professora da PUC-SP Graziela Pavez, a estudante Beatriz Maestri e Clarissa Menezes debatem direitos das mulheres.

da ditadura militar, assim como repudiaram a demissão da professora de Serviço Social da Faminas (Faculdade de Minas).

ÚLTIMA MESA

A última mesa da Semana, que ocorreu no dia

21/5, debateu o *Direito à Livre Orientação Sexual e Direitos das Mulheres*, com Dulce Xavier (Católicas pelo Direito de Decidir), Sonia Santos (Marcha Mundial de Mulheres) e Clarissa Menezes (Grupo Pão e Rosas).

Sala T-41 recebe o nome da professora Téia

O reitor Dirceu de Mello informou ao Consun que a sala T-41 passará a se chamar Tereza Maria Serio, Téia, em homenagem à professora do curso de Psicologia recém-falecida. A sala T-41, localizada no térreo do Prédio Velho abrigava as aulas de Metodologia, do antigo ciclo básico, onde a professora Téia notabilizou-se pela excelência de sua didática e participação política na vida acadêmica da PUC-SP.

O Consun deste mês de maio seguiu a mesma trilha das últimas sessões, esgotando rapidamente a sua pauta. No caso, o assunto que poderia demandar maior polêmica foi postergado. O conselheiro Edson Passetti propôs a discussão das justaposições de contratos de trabalho docente existentes na PUC-SP, quando professo-

res de uma mesma função ganham salários diferentes. O reitor delegou à professora Alexandra Geraldini, da Faficla, a relatoria do assunto, porém nem ela, nem o professor Edson compareceram ao Consun. Assim, a discussão passou para a próxima sessão do Conselho.

Outro assunto que gerou discussão foi a departamentalização do professor Zeljko Loparic. A determinação do Consun foi no sentido de que todos os professores sem departamento se departamentalizassem em alguma unidade da universidade até o final de 2009. A maioria dos casos foi solucionada, menos o caso do professor Loparic, que teve a sua departamentalização negada pelo Departamento de Filosofia e pleiteava o seu ingresso no Departamento de Psicolo-

gia do Desenvolvimento. O encaminhamento da professora Maria Amália Andery, diretora da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, foi de que se aguardasse os próximos meses, uma vez que o contrato do professor vem sofrendo constantes reduções ao longo dos últimos semestres. O Consun, no entanto, seguiu o parecer do pró-reitor André Ramos Tavares, que determinava a inclusão do docente no Departamento de Psicologia do Desenvolvimento. O Departamento, porém, ainda poderá se manifestar sobre a decisão.

O reitor também anunciou os horários de paralisação das atividades no período da Copa do Mundo: no dia 15/6 o expediente será suspenso das 14h30 às 18h30 e no dia 25/6 das 10h às 14h.

MOVIMENTOS SOCIAIS

CONCLAT une movimentos de luta

Nos dias 5 e 6/6 será realizado, na cidade de Santos, o Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora). O congresso, que tem como objetivo reorganizar a classe trabalhadora, deverá aprovar a criação de uma nova central sindical que unificará a maioria dos setores de esquerda do Brasil que estavam separados em centrais diferentes.

A avaliação é de que esse será um importante passo para a unificação das lutas contra o neoliberalismo e os ataques aos direitos dos trabalhadores. Além de sindicatos, a nova central também abrigará movimentos

populares, como, por exemplo, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). A participação estudantil, um dos temas mais polêmicos, será deliberada durante o Congresso.

criação da NOVA CENTRAL

O processo de formação de uma nova central sindical é pautado com vigor desde o Fórum Social Mundial de 2009, realizado em Belém do Pará, quando aconteceram os primeiros seminários entre os representantes das centrais e de movimentos sociais, que demonstraram preocu-

pação em unificar as lutas.

Após o Fórum, foram feitos diversos seminários regionais e, em novembro de 2009, ocorreu um encontro nacional que aprovou a criação de uma nova central. O passo final será dado no Conclat.

O Conclat surge numa conjuntura em que grande parte dos sindicatos está cooptada pelo governo e, por essa razão, não fazem lutas contra a política econômica do governo Lula.

A APROPUC enviará dois diretores como observadores para o congresso e o jornal *PUCviva* irá cobrir o encontro.

Tropas invadem universidade no Haiti

No dia 25/5, no Haiti, as tropas brasileiras da Minustah invadiram a Faculdade de Etnologia, utilizando cacetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Os estudantes relataram que tiveram livros, cadernos e computadores confiscados.

No início do ano, os Centros Acadêmicos de Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Serviço Social, Psicologia e a APROPUC realizaram um debate que pediu a retirada das tropas brasileiras do Haiti. Na ocasião, os debatedores lembraram o histórico de pobreza e imperialismo no Haiti e os interesses comerciais dos EUA no país.

Ocupações evidenciam déficit habitacional em São Paulo

O direito à moradia, garantido na Constituição, parece não sensibilizar os gestores de Santo André e São Paulo. As políticas de moradia de Santo André e São Paulo são praticamente inexistentes e o uso da força policial, repressão, intimidação, são as únicas respostas para as demandas daqueles que não tem onde morar.

SANTO ANDRÉ

Cerca de 600 famílias que ocuparam o terreno Nova Palestina, em Santo André, desde 8/5, receberam um pedido de reintegração de posse para segunda-feira, 24/5. Por isso, decidiram ocupar um terreno ao lado e, já no dia 24/5, receberam outra liminar de reintegração de posse.

"A disposição das famílias ocupadas é levar até as últimas consequências a sua necessidade de moradia. Se for preciso, até num enfrentamento desigual com a PM. Não vamos arredar o pé", disse Helena Silvestre, do MTST.

Segundo texto do MTST, ficou assegurada em uma reunião de negociação, realizada no dia 10/5, a intenção da Prefeitura de atender a demanda fechada do MTST. Dessa maneira, foi realizado um cadastramento de todas as famílias acampadas.

No íterim da negociação, a Prefeitura Municipal entrou com um processo de reintegração de posse da área ocupada pelas famílias, que é em parte municipal e em parte particular e servia para fins de especulação imobiliária, em descumprimento com a Constituição Federal e o Plano Diretor Municipal, que legisla acerca da função social do solo. Tendo em vista a liminar de reintegração que foi expedida e que estabeleceu uma data para desocupação da área, mais uma reunião de negociação foi realizada e ficou lavrada em ata a intenção da Prefeitura Municipal de não executá-la até que houvesse 'proposta firme de negociação', diz o texto.

VILA CURUÇÁ

Na sexta-feira, 28/5, o acampamento "Alagados do Pantanal" sofreu despejo. Um forte contingente policial, acompanhado de caminhões e funcionários da prefeitura, expulsou cerca de 100 famílias atingidas pelas enchentes do começo do ano e que não tem para onde ir.

O terreno ocupado estava abandonado e já tinha sido desapropriado em dezembro de 2009 pela Prefeitura para ser destinado à moradia popular, de acordo com o decreto 51.135.

Depois da desapropriação, os moradores seguiram em passeata de protesto na Avenida Marechal Tito. Já nos primeiros minutos a PM reprimiu a manifestação com bombas de gás lacrimogêneo. Em seguida, os manifestantes foram até a subprefeitura do Itaim, realizaram protestos e tentaram conversar com as autoridades responsáveis.

Continua greve na Unicastelo

Até o fechamento dessa edição, os professores da Unicastelo continuavam em greve, devido ao não pagamento dos salários atrasados, depósitos do FGTS e mudanças estruturais na universidade. Os professores boicotaram as reuniões convocadas pela direção da universidade e realizaram decisões somente através das assembleias. Em manifesto, os professores explicam sua posição:

"Nós desejamos, no mínimo, o respeito aos nossos direitos trabalhistas (...) nossos salários foram pagos com erros grosseiros e débitos se acumularam (folha complementar), nosso FGTS não tem sido depositado, não recebemos 1/3 de férias, nosso pagamento de fevereiro foi atrasado e, agora, após quase 20 dias, muitos professores ainda não receberam - e, pior, ninguém sabe quando e se receberão - o salário de abril e os posteriores, assim como os direitos a vencer. Ademais, os descontos de FGTS e de INSS continuaram sendo feitos normalmente, o que significa que, na prática, estamos pagando mensalidade para a Unicastelo".

ROLA NA RAMPA

Financiamento do Fies vira armadilha para estudantes

A revista Caros Amigos, edição de Maio, relata o drama do ex-aluno de Jornalismo da PUC-SP Edney Mota, que após concluir seu curso deparou-se com uma dívida, junto à Caixa Econômica Federal que cresce exponencialmente, chegando a atingir, no seu caso, a cifra de R\$50 mil. Participante do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), ao terminar o curso, em 2002, Edney devia ao governo R\$9 mil, porém, passando por dificuldades financeiras e não podendo quitar a sua dívida, viu o montante chegar a valores estratosféricos, crescendo cerca de 440% no período. Edney tem hoje o seu nome inscrito no Serasa e até cogitou devolver o seu diploma

à PUC-SP. Alunos que participaram do programa e encontram hoje as mesmas dificuldades de Edney formaram um movimento denominado "Fies Justo" que orienta os recém formandos que se encontram em dificuldades para pagar a Caixa Econômica. Segundo a revista, a inadimplência dos estudantes com o Fies está em torno de 24%, chegando a 33% na capital paulista. "Ao contrário da permissividade que tem com os grandes devedores latifundiários, banqueiros e empresários no pagamento de suas dívidas, a Caixa Econômica Federal é extremamente rígida com aqueles que buscam apenas o financiamento para custear seus estudos", conclui a revista.

Professores discutem nova proposta do reajuste 2010

Durante o fechamento desta edição acontecia no Sinpro-SP uma nova assembleia dos professores do ensino superior, para deliberar sobre uma nova proposta apresentada pelas mantenedoras. Segundo o *PUCviva* pode apurar, a nova proposta apresenta um parcelamento do índice de reajuste, porém as mantenedoras asseguram que, em feverei-

ro de 2011, não haverá nenhuma perda na massa salarial dos docentes. Outro avanço da proposta é que ela mantém na íntegra as cláusulas da Convenção Coletiva do Sinpro-SP. Acompanhe durante a semana os desdobramentos das negociações entre os professores e as mantenedoras no endereço eletrônico www.apropucsp.org.br.

22 de Agosto promove conversa sobre o filme Blade Runner

Dia 8/6, às 18h30, o CA 22 de Agosto promove a exibição do filme "Blade Runner" (Ridley Scott, 1982), seguido de debate com o Prof. Dr. Cassiano Terra Rodrigues do Departamento de Filosofia da PUC-SP, sobre te-

mas do Cinema, da Filosofia e do Direito presentes na obra. O evento será no auditório 134-C, e será emitido certificado para os participantes. Material de apoio disponível na pasta 324 no Xerox do 22.

Ato pede Audiência Pública com o Consad

Munidos de apitos, cornetas e megafones estudantes de diversos cursos da PUC-SP percorreram em ato a universidade no dia 27/5.

Os estudantes reivindicam redução de mensalidades, bolsas doação da Fundação São Paulo, que não são abertas desde 2008, e uma audiência pública com os conselheiros do Conselho de Administração, Consad, para agosto de 2010 no TUCA.

A intenção dos estudantes é fazer com que os gestores da universidade expliquem os aumentos de mensalidade acima do índice de inflação além do baixo número de bolsas.

A PUC-SP é uma universidade com caráter filantrópico, por isso recebe incentivos fiscais para oferecer bolsas

e preços mais acessíveis. Outro problema levantado é a falta de democracia na universidade. Para os manifestantes quem determina o funcionamento da universidade hoje é o Consad (Conselho Superior de Admonistração), formado por três conselheiros com direito a voto, o reitor e dois secretários executivos da Fundação São Paulo. Sendo assim a mantenedora é quem de fato manda na universidade.

A história da PUC-SP é marcada pela democracia interna com eleições para todos os cargos diregentes, desde coordenador de curso até o reitor.

As mudanças implementadas a partir de 2005 tiraram esse caracter democrático da universidade.

Frei Betto na PUC-SP

No dia 1/6, às 19h, na sala 239, será realizado o debate *Movimentos Sociais nos Dias de Hoje*, com

a presença de Frei Betto. O evento é organizado pela faculdade de Serviço Social.

No saguão da biblioteca, exposição de Walter Miranda

No dia 1/6, às 15h, no espaço cultural da Biblioteca Nadir Kfoury, será inaugurada a exposição *In Totum*, com óleos e objetos do artista plástico Walter

Miranda. A exposição ficará disponível para visita até o dia 31/7, sempre das 9h às 22h, de segunda a sexta, e das 9h às 17h, aos sábados.

Mostra de cinema do Pós em Ciências Sociais

No dia 28/5, o Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus), do Pós em Ciências Sociais, exhibe o filme "Sonata de Outono", de Ingmar Bergman. A exibição faz parte da mostra de cinema Películas e Idéias - Ódios, Esperanças e Civilidades, que

acontece sempre às 14h30, na última sexta-feira do mês. O evento ocorre no auditório Paulo VI (térreo, prédio novo). No dia 18/6, o filme apresentado será Paisagem na Neblina, de Theo Angelopoulos. Informações: (11) 3670-8517.